Dois fantasmas afrontáveis

J.-M. Nobre-Correia

No atual prenúncio de debate sobre as ajudas à imprensa, duas oposições clássicas surgem. A dos que são contra as ajudas públicas, sejam quais forem as proveniências. E a daqueles que desconfiam das ajudas privadas, quaisquer que sejam as origens. Duas oposições manifestamente ideológicas, que não tomam em consideração o que se passa de facto nesta matéria no resto da Europa ocidental.

As ajudas públicas à imprensa existem em boa parte dos países da Europa ocidental. Por vezes mesmo há longos decénios. Tomando contornos diversos de um país para outro, desde a ajuda nos custos do papel, das comunicações, da impressão ou da distribuição, até à intervenção em reconversões industriais, em formações profissionais ou em iniciativas editoriais. Recentemente, o Orçamento do Estado adotado na Alemanha prevê assim um montante de 40 milhões de euros de ajuda à distribuição da imprensa. Sem que isso tenha atiçado puristas amadores de polémicas gratuitas em que, por seu lado, a paróquia portuguesa é espantosamente fértil.

Quem viveu para além dos Pirenéus (não de fugida, mas duradoiramente) e acompanhou de perto, profissionalmente, o mundo dos *media* em redor, sabe que as ajudas públicas não afetam negativamente o tratamento da atualidade pela imprensa. Até porque a atribuição de tais ajudas (diretas ou indiretas) é geralmente feita em função de critérios sem incidência nas opções tradicionais das redações. Graça a elas, jornais há que podem manter ou mesmo melhorar a qualidade editorial e a dinâmica empresarial. Embora haja por vezes efeitos negativos: manter em vida jornais há muito abandonados por leitores insatisfeitos com a qualidade do serviço proposto.

O caso das ajudas privadas toma aspetos diferentes. *A priori*, pessoas privadas, empresas e instituições, esperam, na maior parte dos casos, conseguir obter uma "atitude positiva" dos jornais quando estes forem levados a tratar assuntos que lhes digam respeito. E, muitas vezes, as redações sentem-se entravadas no tratamento de uma atualidade ligada a financiadores importantes (situação também bem conhecida em relação aos anunciantes).

A situação ideal é evidentemente a do jornal propriedade dos seus redatores (ou do conjunto dos seus trabalhadores) vivendo exclusivamente das receitas dos leitores-compradores, sem interferência de outras espécies de receitas. Mas esta situação é rara e quase inexistente. Embora a tecnologia digital permita agora iniciativas, algumas das quais, poucas, são um sucesso: o caso mais célebre é provavelmente a do francês *Mediapart*: lançado em 2008, beneficiário desde 2011, conta atualmente mais de 150 mil assinantes e uma equipa de 87 permanentes, dos quais 47 jornalistas.

O que é certo é que a independência de uma redação decorre, antes do mais, da "cultura" reinante no seu seio. Vimos assim os redatores do *Le Monde* perderem a propriedade do jornal em 2010 (quando era, desde os anos 1950, o modelo inspirador de muitas redações europeias) e encontrarem-se agora em vésperas de obter dos acionistas a transformação da empresa editora em fundação.

De qualquer modo, os opositores a ajudas públicas ou privadas optam inconscientemente por uma redução e até uma extinção dos *media* de informação. Escolhendo consolarem-se com o que a Internet propõe gratuitamente e, na grande maioria dos casos, nada tem a ver com o jornalismo. Felizes países, no entanto, que, à falta de melhor, podem contar com diários ou semanários excelentes como *El País* ou *El Mundo*, *Le Monde*, *Le Figaro*, *Libération*, *L'Obs*, *L'Express* ou *Le Point*, *Corriere della Sera*, *La Repubblica*, *La Stampa* ou *L'Espresso*, todos eles propriedade de interesses exteriores ao mundo dos *media*! Antes eles e a qualidade da informação que propõem (e que é preciso confrontar) do que o deserto e a manipulação incontrolável de um "jornalismo cidadão" de sarjeta!

O pluralismo e a qualidade da imprensa são a urgência. E não debater dos inconvenientes das ajudas públicas ou privadas...



A situação da imprensa escrita na Europa é preocupante. E a situação em Portugal é tragicamente inquietante, tão pouco abundante e pluralista ela é. Razão mais que sobeja para sabermos inovar e criar uma imprensa em papel ou em digital que tanta falta faz à democracia portuguesa. Venham lá de onde vierem as ajudas devidamente enquadradas segundo critérios previamente definidos...

Professor emérito de Informação e Comunicação da Université Libre de Bruxelles; autor do livro *Média, Informação e Democracia* (Almedina)

"Público" 28 dezembro 2019